

Cercadão dos Dicetas e a educação popular quilombola: vivências, saberes, experiências e resistência

Cercadão dos Dicetas and popular quilombola education: learning, knowledge, experiences and resistance

**Raul da Fonseca Silva Thé¹,
Indra Lucena Arnaud Paiva²**

1. Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, pesquisador associado do Laboratório de Estudos e Pesquisas da Conflitualidade e da Violência (Covio/UECE). <https://orcid.org/0000-0002-0317-7077> raulsilvathe@gmail.com
2. Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e pesquisadora do Laboratório da Conflitualidade e da Violência (Covio/UECE). <https://orcid.org/0000-0002-4811-1354> indraarnaudd@gmail.com

Resumo: O presente artigo busca compreender os processos de educação popular desenvolvidos pela Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ) – situada no município de Caucaia, no estado do Ceará – Cercadão dos Dicetas. De modo a apresentar a formulação das aprendizagens, das experiências e dos conhecimentos socialmente partilhados. Para tanto, se elaborou uma pesquisa eminentemente qualitativa, baseada em observações diretas, em entrevistas e rodas de conversas. Além de encaminhar uma investigação histórica como base de discussão enquanto se procura aprofundá-la com um mergulho empírico. O debate teórico se articula com uma observação sobre o reconhecimento em suas dimensões histórica, de raça e de classe, sem deixar de pontuar os

processos de construção de identidades, que perpassam todo o processo de educação popular quilombola, tendo tanto os encontros comunitários quanto a educação escolar o foco central no ensino e nos sujeitos e nas suas vivências. Como considerações finais, observamos como a comunidade interpreta suas condições e propõe suas reivindicações de modo a resistir através da educação e como o processo educativo popular apresenta tanto limites, próprios e a ele impostos, quanto possibilidades.

Palavras-chave: Comunidades Remanescentes de Quilombolas; Educação Popular; Educação Quilombola; População Negra; Resistência.

Abstract: This article seeks to understand the popular education processes developed by the Quilombola Remanescent Community (CRQ) - located in the municipality of Caucaia, in the state of Ceará - Cercadão dos Dicletas. In order to present the formulation of learning, experiences and socially shared knowledge. For that, an eminently qualitative research was elaborated, based on direct observations, interviews and conversations. In addition to forwarding a historical investigation as a basis for discussion while seeking to deepen it with an empirical dive. The theoretical debate is articulated with an observation about the recognition in its historical, race and class dimensions, while punctuating the processes of identity construction, which permeate the whole process of quilombola popular education, having both community and community meetings. school education the central focus on teaching and the subjects and their experiences. As final considerations, we observe how the community interprets its conditions and proposes its demands in order to resist through education and how the popular educational process presents both its own and imposed limits, as well as possibilities.

Keywords: Remaining Quilombola Communities; Popular Education; Quilombola Education; Black population; Resistance.

Introdução

A educação representa um direito básico e fundamental para a transformação da sociedade. Quando o assunto é a educação da população negra, é

necessário olhar atentamente para os antecedentes históricos que caracterizam a inserção do negro na sociedade brasileira e, sobretudo, para as barreiras que desde então se colocaram, de modo a dificultar o acesso dessa população aos direitos básicos, no intuito de preservar os privilégios de uma elite branca. Além disso, não alcançando a cidadania plena, mesmo depois de conquistar a liberdade, a população negra precisou de organização e de quase um século de luta para conseguir junto ao governo a viabilização de políticas afirmativas voltadas, inclusive, para a educação.

A luta pelo direito à educação empreendida pelo povo negro, em especial a educação escolar quilombola, ganha destaque quando pensada ao lado da educação popular. Uma vez que essas experiências autênticas de valorização dos saberes populares e dos modos de vida tradicionais se constroem no reconhecimento de uma educação autônoma e consciente do seu valor, capaz de empoderar e movimentar as lutas necessárias para a emancipação de populações oprimidas (CAMPOS; GALLINARI, 2017).

Além do contexto nacional, analisaremos, também, as experiências do Estado do Ceará relativas à implementação das políticas públicas educacionais voltadas para as Comunidades Remanescentes Quilombolas (CRQs), buscando perceber as experiências vivenciadas pela Comunidade de Cercadão dos Dicetas, na cidade de Caucaia (CE), através da escuta de sua liderança central e das visitas à comunidade.

Alicerçados sobre uma metodologia que prima, essencialmente, pela pesquisa empírica eminentemente qualitativa, buscamos por meio do contato direto, da conversa informal e do encontro entre perspectivas investigar as ideias de educação popular da comunidade. Destacando-se, aqui, a potencialidade da constituição e do uso metodológico de *rodas de conversa* – entre a interlocutora e os pesquisadores – para a pesquisa, uma vez que facilitou a expressão da interlocutora e apontou para capacidade de apreensão da realidade deste intento metodológico. (ARNAUD PAIVA *et al.*, 2019).

Para fins de exposição, o presente trabalho está dividido em cinco partes, nas quais realizamos: (i) a apresentação do processo metodológico; (ii) uma discussão teórica acerca da educação popular; (iii) a descrição dos fatos

históricos geradores das comunidades remanescentes quilombolas; (iv) a explicitação do campo/das falas da liderança da comunidade; e (v) a indicação de algumas considerações finais.

Metodologia

A CRQ Cercadão dos Dicletas apresentou uma multiplicidade de discussões que contemplam dimensões e, em específico, questionamentos sobre a educação popular realizada pela comunidade. As formas educacionais produzidas e elaboradas no âmbito da Comunidade se vinculam à postura política e de pertencimento que envolvem os moradores, que tem a educação sobre a cultura e a tradição do seu povo como base das suas relações sociais. Esses conhecimentos se expressam nas formas democráticas com que a comunidade se relaciona com a diversidade e a tolerância religiosa. Do mesmo modo, se apresentam na resistência a, ao mesmo tempo, uma invisibilização histórica de sua cultura e a um contexto de subalternização da identidade quilombola, ambas expressas tanto pela sociedade quanto pelo Estado, através de atos preconceituosos e pela falta de políticas públicas para a comunidade. (GELEDÉS, 2010; DIÁRIO DO NORDESTE, 2017).

Para analisarmos essas questões desenvolvemos uma investigação aprofundada mediante uma representante significativa do Quilombo Cercadão dos Dicletas. Compreendendo ser mais representativo e agradável para nossa interlocutora, nos encontramos com ela na comunidade, na qual conhecemos seus espaços: escolas, templos religiosos e projetos educacionais. Diante disso, escolhemos realizar conversas informais por meio de palavras geradoras, lançando ideias para um debate geral, e deixando-a mais à vontade ao se expressar. Além disso, a roda de conversa funcionou à coleta de dados no intuito de permitir que vissemos as nuances internas da comunidade, expressadas, em especial, na educação.

A metodologia utilizada na roda de conversa foi a observação direta com a primazia do *in vivo* e *in situ* em que observamos a relação da liderança com o ambiente e com as formas de construção das identidades através da educação social, que perpassam tanto o ambiente escolar quanto as relações

intersubjetivas da própria comunidade. Que muitas vezes são marcadas por suas lutas por reconhecimento frente ao Estado, que não realiza a operacionalização de políticas públicas adequadas para que a comunidade desenvolva sua emancipação.

Desse modo, as *rodas de conversas* (ARNAUD PAIVA *et al.*, 2019) ocorreram no decorrer dos quatro contatos que tivemos com a CRQ, durante o mês de maio de 2019, e se deram no processo de conhecer, de modo aprofundado, os espaços do *Cercadão* e a partir dessas tomamos alguns relatos que serão trabalhados no decorrer do artigo. Nessas oportunidades pudemos desenvolver, também, a realização de entrevistas com a liderança da *Comunidade*.

Assim, buscamos compreender os sentidos e os significados na fala da representante da comunidade, realizando anotações nos cadernos e nos diários de campo e observações do que foi dito e exposto nos momentos. Desse modo, partindo do pressuposto da compreensão do que foi falado, atrelado às expressões da questão social alarmantes e ascendentes em vários períodos históricos. Realizamos uma pesquisa eminentemente qualitativa com o contato com os moradores da comunidade, auxiliados por fontes bibliográficas e documentais. (GUERRA *et al.*, 2007; WEBER, 2003; GELEDÉS 2017; DIÁRIO DO NORDESTE, 2017; QUEIROZ, 2012; WITZEL, 2019).

Fluxos e contra-fluxos da educação popular

A educação popular pode ser compreendida como uma possibilidade de emancipação dos sujeitos e de resistência de culturas e de modos de ser e fazer, que se elabora através dos saberes empíricos e dos conhecimentos próprios das vivências sociais, comunitárias e com a natureza. Essa emancipação e essa resistência vão para além da educação de corte funcionalista, tecnocrático e formal com base no mercado. Entretanto a compreensão de educação popular é, muitas vezes, estigmatizada e muitas vezes capitada pelo sistema que inverte o sentido da mesma, voltando-a para uma forma de dominar os pobres, levando-as a serem ou sucateadas, como se verá no caso do Cercadão dos Discetas, ou ideologizadas, quando expressa controle voltado à qualificação da mão-de-obra para o mundo dos negócios, sem possibilidade de reflexões

e com trabalhadores úteis ao capital, enquanto reforçando a lógica de sujeitos competentes, competitivos e produtivos. Gerindo assim, um pensamento nos indivíduos do “*self-made man*”, para que os mesmos sejam sujeitos de deveres com o sistema e possam ter possibilidades para comprarem, alcançarem direitos e lugares pelos seus “méritos”. (BRANDÃO, 2007).

No entanto, o intuito do pensamento que perpassa a educação popular e, portanto, da educação quilombola, direciona a uma ideia de emancipação dos sujeitos pelos saberes diversos, vai para além dos muros da educação formal. Traz consigo a formação dos sujeitos como cidadãos solidários, de criação progressiva na crescente plenitude dos direitos humanos, contemplando todos e todas em suas amplas dimensões. Portanto, a educação popular sob essa ótica, revela uma forma viável, contra as maneiras de opressões em instituições de controle, tendo em si, o interesse de aproximar os sujeitos em suas humanidades. Isto é, de crescer em sociedade a partir do conhecimento de outras realidades. Constituindo assim um indivíduo consciente e motivado para transformar, coletivamente, através de um trabalho politizado. O que significa para a população negra quilombola que desenvolve uma educação de cunho popular e quilombola a constituição de uma outra identidade desidentificada da narrativa brasileira de construção de nação, que desde sempre reiterou a subalternidade de suas crenças, seus conhecimentos, de sua cultura e de si enquanto grupo social, abrindo margem para processos de micro e macro resistências sociopolíticas. (BRANDÃO, 2007).

Segundo Freire (2018) a educação popular não deve ser relacionada com uma transmissão de conteúdo que não tem a ver com as realidades dos sujeitos e numa imposição de uma única realidade aos mesmos. Ela deve, sim, entrelaçar em equidade, em uma relação de diálogo entre duas ou mais realidades distintas. Pois vivemos em uma sociedade diversa, com inúmeras singularidades e particularidades. Diante disso, se a mediação educador-aluno se fundamentar em uma relação de imposição de um mundo dominante, na maioria das vezes, aumenta os anseios dos alunos, ao não se identificarem com o ensino repassado. Ou seja, tentará negar sua verdade enquanto indivíduo, ao mesmo tempo em que se enquadrará a um padrão social, construindo uma consciência

de oprimido. Por isso, como veremos a frente, o Cercadão do Dicetas reitera sua demanda e disputa com o município de Caucaia entorno da necessidade dos professores serem oriundos do quilombo, para que essas mediações entre professor-aluno se deem de modo a emancipar os sujeitos quilombolas por meio da identificação e da representatividade enquanto população negra quilombola.

De acordo com Freire (2018), é necessário que os educadores conheçam as condições estruturais em que o pensar e a linguagem dos sujeitos se constituem, através de um modo dialógico. Novamente, é sob essa leitura que resistências a professores de “fora do Cercadão” conota uma resistência mais ampla, que garante a passagem entre gerações de conhecimentos e de saberes genuinamente “do Cercadão”. Por isso, se Freire (2018) sinaliza que é dessa maneira que a educação libertadora se constrói, no momento em que identificamos o universo temático em que os indivíduos estão inseridos, a Associação Remanescente de Quilombo Cercadão dos Dicetas e sua liderança compreendem que não há possibilidade de gestar identidades que rompam com a subalternização cultural e histórica dentro da lógica brasileira com professores que não tenham a formação cultural e experiencial de ser quilombola e mais “do Cercadão”. Trazendo, assim, a realidade dos sujeitos, ao mesmo tempo, de uma forma dialética e de uma forma que respeite e enalteça a tradição como central para as discussões. Um exemplo disso é a afirmação da liderança da CRQ Cercadão dos Dicetas:

porque eles queriam que eu trabalhasse os animal da cidade...que era o... esquilo, um elefante, um cavalo de puliça... eu num sei qual era outro bichu. Ai eu fui...trouxe pra realidade.. trabalhei cabra, jumento, vaca... Mas ai você tem que trabalhar o livro! os animal do livro! Que era os animal da cidade... Ai tudo bem... tudo bem... Ai veio uma moça da secretaria da educação... ai eu fui e iscateitei... eu fui e perguntei a ela... por quê? Por que que eu não podia trabalhar os animais da comunidade? Se a criança num sabe, sabe o que quié um elefante, sabe! Porque claro... elas assistem a televisão e as vezes elas vêim. Trabalhar! Porque nós lá do quilombo... nós trabalhamos é com o dia a dia da criança... é na prática, né?... num é na teoria, num é num livro não...nós trabalhamu é na prática...

Diante disso, podemos analisar a relação de aprendizagem homem-natureza e sua importância para a construção do conhecimento. Pois é através dessa relação que os sujeitos se tornam pertencentes ao meio, a partir do momento em que eles interagem problematizando, vivem e se identificam com as particularidades do mesmo. Tornando assim, a educação não alienante e alienável, em que os indivíduos se reconhecem no seu processo de construção de inter-relação com o objeto, mas também sem se permitir alienar de sua identidade para deixar-se submeter por uma narrativa de identidade brasileira. Expressando todas as potencialidades dos sujeitos de maneira livre, gerando novos e difundindo tradicionais conhecimentos para a sociedade. (FREIRE, 2018)

Contudo, podemos analisar e nos questionar qual educação está para além do capital. A educação construída coletivamente, com a dedicação dos sujeitos em suas singularidades, direcionados por um ideal de liberdade e emancipação dos indivíduos. Ou uma educação baseada nos interesses individualista da humanidade embranquecida e ocidentalizada, visando um objetivo comum de alimentar o mercado e sua estrutura metabólica. O que se pode responder é que a educação quilombola que a Comunidade Remanescente Quilombola Cercadão dos Dicitas pretende encaminhar se direciona a manutenção resistente de sua cultura e de sua tradição enquanto formula a construção contínua da luta e da resistência para assegurar a inserção justa na sociedade. (MÉSZÁROS, 2008; FREIRE, 2018).

A luta e história do povo negro pelo direito à educação

As situações de opressão vivenciadas ainda nos dias atuais pela população negra, inclusive na educação formal, têm raízes históricas e estão vinculadas a forma como o negro foi inserido no Brasil. Sequestrados de suas nações para que fossem escravizados, as populações, as culturas e as identidades negras foram subalternizadas. Esta posição na estratificação social, mesmo após o fim do sistema escravista, permanece e continua estigmatizada e estigmatizante, afinal foram mais de trezentos anos de escravização de homens e mulheres africanos e de seus descendentes. Os anos que se seguiram, não foram suficientes para corrigir a injustiça sofrida por essa população. Além disso, ao analisar

a história da educação negra, fica claro o interesse de excluir essa parcela da população, pois enquanto escravizados, não possuíam direitos e mesmo depois de conquistarem a liberdade, havia a dificuldade de serem reconhecidos como cidadãos. Sem garantias de direitos, mesmo após o fim do trabalho escravo, restava continuar construindo a luta e a resistência para assegurar a inserção justa na sociedade pós-escravista (CAMPOS; GALLINARI, 2017; GELEDÉS, 2010; PINSKY 2006; WITZEL, 2019).

O Estado brasileiro, ao invés de incluir a população negra, limitou e deixou em segundo plano a cidadania desta população, uma vez que expressou o seu racismo em forma de lei ao delimitar o acesso à escola somente no período noturno. Esse tipo de determinação legal representava o esforço, reiterado em nossa história, de manter a ordem social vigente, ou seja, os privilégios de uma elite branca. Diante disso, a opressão, no entanto, não significava ausência de luta. Após a lei abolicionista, considerando que não houve mudanças significativas, começaram as articulações e movimentos para reivindicar o acesso pleno à cidadania até então negada. Mas é preciso lembrar que o caminho é longo e não começou a ser percorrido somente após a abolição. (CAMPOS; GALLINARI, 2017; DIÁRIO DO NORDESTE, 2017).

Desde a chegada ao Brasil, os africanos escravizados buscaram meios de resistir à dominação. A formação de quilombos foi uma das formas de resistência. Essas comunidades independentes, onde viviam principalmente escravizados fugidos, mas também indígenas e pessoas livres pobres, possuíam uma estrutura própria e não se desfizeram automaticamente com o fim da escravidão. Ao contrário, permaneceram, até mesmo para fortalecer uma população que era desassistida pelo poder público, uma vez que a territorialidade garante as “condições de permanência das referências simbólicas” (LEITE, 2012, p. 362) desse grupo étnico. A educação foi um ponto central nas lutas das primeiras iniciativas de organização do movimento negro por ser reconhecida como um dos fatores necessários para a transformação social. As dificuldades em acessar a educação formal oferecida pelo poder público foram transformadas em impulso para garantir, dentro dos territórios das comunidades quilombolas, a criação de escolas para suprir essa necessidade. Assim, o

quilombo consagrado na história associado à luta contra o racismo se tornou, também, um símbolo traduzível pelos movimentos sociais – negros e quilombolas – no intuito de buscar reivindicações, reconhecimentos e de cobrar reparações históricas. (CAMPOS; GALLINARI, 2017; LEITE, 2012; WITZEL, 2019).

O surgimento das escolas quilombolas faz refletir não somente a resistência expressa na luta pelo direito à educação formal, mas torna necessário, também, entender as especificidades inerentes ao modo de vida das comunidades e povos tradicionais. Considerando que os quilombos são “áreas territoriais identificadas pelos grupos negros como experiências específicas consolidadas por meio de vínculos sociais e históricos, e noções de pertencimento e origem comum” (LEITE, 2012, p. 357) e que não estão situados somente em “áreas rurais, mas também bairros e pequenas unidades domiciliares nos grandes centros e periferias urbanas” (LEITE, 2012, p. 358). Se constituíram enquanto resistência no escopo contextual de uma dominação jurídico-política radical e gestaram e gestam espaços simbólicos e materiais de reprodução coletiva e das coletividades, sejam de saberes, sejam de tradições, além de sua característica produtora de identidades. Desse modo, permanecer inserido na comunidade e ter acesso à educação dentro do espaço de origem, favorece à continuidade desses conhecimentos que nem sempre são respeitados em outros espaços, pois a luta por direitos iguais visa inclusive o respeito às particularidades de cada povo. (BRASIL, 2003B; CAMPOS; GALLINARI, 2017; WITZEL, 2019).

Entre as décadas de 1970 e 1980, as discussões sobre a permanência dos antigos quilombos ganharam evidência e, embora muitas comunidades nunca tenham deixado de existir, nem sempre se reconheceram ou foram reconhecidas como tal. As CRQs, como passaram a ser chamadas, receberam a partir de então, como destacamos anteriormente, um impulso maior, do Movimento Negro e de outros movimentos sociais articulados, para que se reconhecessem e buscassem a garantia dos seus direitos assegurados junto ao Poder Público. Com a Constituição de 1988, muitos avanços foram possíveis, favorecendo o fortalecimento em busca de ações afirmativas, em especial, na educação. (CAMPOS; GALLINARI, 2017; LEITE, 2012).

Apesar do fortalecimento dos debates sobre os direitos da população negra desde as décadas anteriores, é somente nas primeiras décadas do século XXI é que a compreensão constitucional do *quilombo como um conjunto de ações em políticas públicas e ampliação de cidadania* passa a ser observada mediante a aplicação de ações afirmativas, principalmente voltadas para a educação. O ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana foi estabelecido por lei e representou, legalmente, uma conquista expressiva. Tratando em especial das CRQS, em 2012 são criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, visando assegurar a permanência dessa população em seus territórios, reconhecendo a importância das relações de pertencimento das comunidades e povos tradicionais para o fortalecimento da sua identidade e respeito a suas especificidades. Além disso, mesmo com os avanços dos últimos anos, as dificuldades persistem, marcadas pela morosidade do poder público em de fato viabilizar os direitos conquistados. Essas existem em vários níveis, desde o reconhecimento legal dessas comunidades, passando pela questão fundiária (uma vez reconhecidas) e chegando até ao acesso às políticas públicas específicas. Perpetuando, desse modo, as condições sociais de marginalização desses sujeitos e dessas comunidades. (BRASIL, 2003A; 2003B; 2008; 2012; LEITE, 2012).

Embora as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola priorizem a existência de escolas dentro das comunidades, essa ainda não é uma realidade na maioria das CRQS. Mesmo entre aquelas que possuem escolas, a precariedade da infraestrutura e a ausência de determinados níveis de ensino é uma situação comum. Essas limitações não respeitam a territorialidade e o modo de vida dos povos tradicionais, fazendo com que o deslocamento seja necessário para acessar a serviços básicos e contribuindo para fragilizar a noção de pertencimento dessas populações aos seus lugares de origem, uma vez que aquilo que se precisa deve ser buscado externamente. Isso é, dificulta a construção de processos autônomos de elaboração dos modos de vida e, portanto, dos processos educativos da comunidade (BRASIL 2012; CAMPOS; GALLINARI, 2017).

Assim como o restante do Brasil, o Ceará também enfrenta limitações para garantir o acesso da população negra e quilombola aos direitos conquistados.

Além das questões já levantadas a nível nacional, existe uma particularidade que dificulta o reconhecimento da cultura negra no Ceará, pois durante muito tempo foi propagado o discurso de que nesse estado não havia negros. Esse discurso ganhou força pelo fato da colonização do estado ter ocorrido através da pecuária, com penetração pelo interior e pouca utilização do trabalho escravo e com a predominância do trabalho livre, o que não significava, necessariamente, a ausência de populações negras escravizadas e/ou livre nos diversos tipos de trabalhos (LIMA; SILVA, 2018; CHAVES; SILVA, 2017; DIÁRIO DO NORDESTE, 2017; SANTOS, 2008).

Vencida a barreira do reconhecimento da identidade, as CRQS presentes no Ceará se deparam com a pouca atenção do poder público em pôr em prática os direitos garantidos à essa população. Com todas as suas CRQS localizadas na zona rural, nem todas contam com unidade escolar dentro do território, forçando o deslocamento para aqueles que desejam dar continuidade aos estudos (CHAVES; SILVA, 2017).

Segundo a Fundação Palmares, o Ceará possui 46 CRQS Rurais, sendo que dessas, em torno de 27 possuem escolas dentro da comunidade, sendo administradas em sua quase totalidade pelos municípios. Existe apenas uma escola quilombola estadual, a Escola Quilombola Luzia Maria da Conceição, no município de Croatá – CE (a 334 km da capital Fortaleza e a 324 km de Caucaia, cidade onde se situa a CRQ Cercadão dos Dicletas). A ausência de unidades escolares nos territórios das comunidades quilombolas não dificulta apenas o deslocamento, compromete também toda a relação de ensino e aprendizagem, pois fora do território nem sempre a diversidade é bem acolhida no ensino formal comum. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2017).

Além da distância e do distanciamento da construção identitária, outras fragilidades são percebidas na implementação das políticas públicas voltadas para a educação. Essas falhas estão expressas nas imposições feitas pelos sistemas públicos, uma vez que não escutam as demandas locais. Exemplo disso está na não garantia de merenda escolar que respeite os hábitos alimentares específicos ou quando não se prioriza a contratação de professores vinculados à comunidade (CHAVES; SILVA, 2017).

O município de Caucaia (Ceará) tem o maior número de comunidades quilombolas certificados do Ceará. A comunidade pesquisada para desenvolver este trabalho foi o Cercadão dos Dicetas. A história dessa comunidade começa com o naufrágio de um navio saído do norte da África, que encalhou próximo à região da Grande Fortaleza, na hoje chamada Barra do Ceará, por volta de 1710. As primeiras pessoas a tentarem fixar moradia, se estabeleceram nas proximidades da Praia do Icarai, uma das praias do litoral do referido município. O Cercadão dos Dicetas, assim como outras comunidades tradicionais localizadas na zona rural, também sofreu no passado com a tentativa de tomada das suas terras por parte dos grandes proprietários de terras da região, ou “coronéis”. Isso ocorreu de forma mais intensiva durante a década de 1970, mas a comunidade resistiu *derrubando as cercas que eram construídas* com o intuito de expulsar os moradores da comunidade. Esse movimento se tornou símbolo de resistência e de possibilidade de resistência da comunidade e se ratifica na frase de dona Maria dos Prazeres: “De dia *eles* construíam a cerca e de noite as mulheres com os homens ia lá e derrubava” (ver figura 1). Frase que demonstra também a posição de proa das mulheres no impulso de resistir. Após alguns anos de luta, em 1978, a terra passou ser de posse definitiva dos moradores do Cercadão, sendo assim chamado por conta das cercas feitas por pelos moradores que possibilitou o cuidado e estabelecimento dos limites do território deles, o que lhes garantiu a posse definitiva desse espaço de vida e de construção e formulação de identidade quilombola. (SAMPAIO, 2012; QUEIROZ, 2012). Expressando o que Ilze Boaventura Leite (2012, p. 363) indica quando diz que o “deslocamento, a expulsão e a reocupação do espaço por grupos negros reafirmam que os territórios negros, mais do que exclusivamente dependentes da terra, *fazem desta a metáfora que torna possíveis sua continuidade e sua reinserção.*” (grifo nosso)

Em 21 de janeiro de 2011, depois dos trabalhos de resgate e pesquisa sobre a sua história, a localidade foi denominada de CRQ Cercadão dos Dicetas e foi reconhecida oficialmente no dia 30 de março de 2012, certificada pela Fundação Palmares. Atualmente, A Associação Remanescente de Quilombo Cercadão dos Dicetas é liderada por uma mulher educadora, uma das lideranças

mais atuantes da comunidade, o que assevera a importância feminina nas lutas dos movimentos sociais e, em especial, do movimento de resistência desta CRQ. (SAMPAIO, 2012; QUEIROZ, 2012).

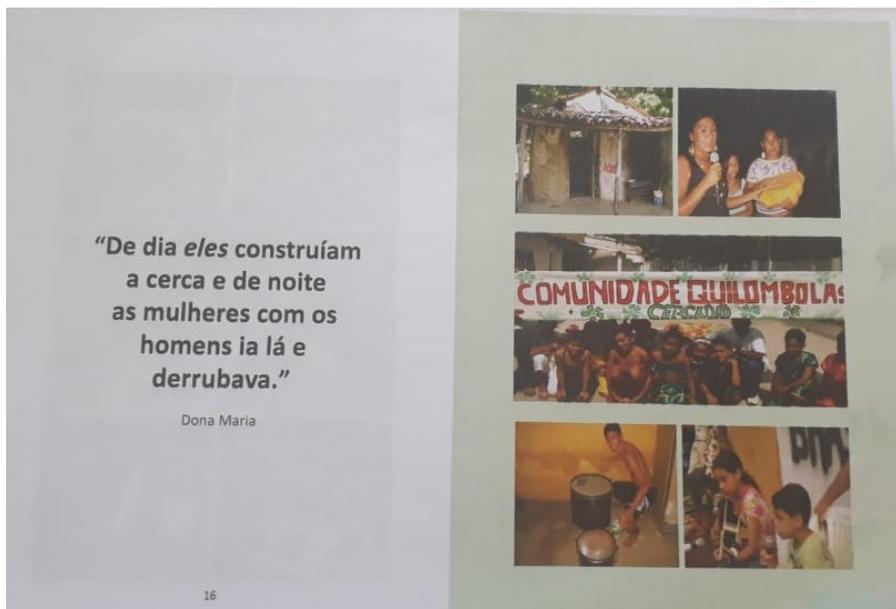


Figura 1: Material feito pela CRQ Cercadão dos Dicetas para expor a resistência e as conquistas deles. Registro nosso.

Cercadão dos dicetas, tradição e processos educacionais

A partir de uma acolhida receptiva e da pronta aceitação de nossa entrada enquanto pesquisadores, a líder do quilombo, Maria dos Prazeres, que nos apresentou a comunidade e sua casa e família, construiu conosco um prodigioso diálogo. Ela ainda nos contou como foi o surgimento da comunidade e sua oficialização, nos dizendo que:

Foi em 2008 que veio um projeto pro Brasil que a gente conheceu um

professor Leonardo Sampaio, e ele trabalhava na Secretaria de Caucaia, ele que trouxe o projeto pra cá, até então a gente tinha esse desejo de saber porque a gente nunca conseguiu nenhum benefício para a comunidade, por que era uma comunidade privada, o poder público não podia interferir, e através dos mais velhos que a gente começou um estudo sobre a *contação da história de vida* deles, aí surgiu a história que os primeiros habitantes vieram pra cá através de um navio negreiro que desembarcou na Barra do Ceará, aí daí começou a curiosidade do povo saber porque, aí a gente buscou mais informação, aí veio mais estudiosos para realmente confirmar se aqui tinha características de um quilombo mesmo. (LIDERANÇA DA CRQ CERCADÃO DOS DICETAS, GRIFO NOSSO)

Ao dissertar todo o processo histórico do quilombo, foi notório o orgulho que a liderança sentia do seu povo e de sua história. No decorrer do diálogo foram relatadas dificuldades que estavam no início do estabelecimento da comunidade e que permanecem. Pois, segundo Dona Maria dos Prazeres, após o reconhecimento da comunidade não houve a oferta efetiva de políticas públicas, por parte do poder público, no intuito de realizar os reparos sociais e históricos concernentes a sua comunidade. Isso é, de acordo com a fala de nosso interlocutora, os moradores da CRQ continuam vivendo às margens da sociedade e em condições precárias, expressas pela falta de saneamento básico, de segurança pública, estruturas de moradias inadequada para o tamanho das famílias, entre outras tantas precarizações. O que se pôde comprovar facilmente ao andar pela comunidade e que tentamos registrar (ver figura 2). Pelo fato de o Cercadão dos Dicetas ter, segundo a líder, uma maioria de residentes na faixa de renda pauperizada e ser desassistida pelo poder público, a comunidade que tem que buscar subsídios e apoios para se manter.



Figura 2: Estrutura da Comunidade Cercadão dos Dicetas. Registro próprio.

A representante destacou, também, que dentro da comunidade o policiamento não é frequente. A polícia entra no quilombo somente quando é acionada e eles se sentem estigmatizados, sendo chamados de pobres e favelados. Os policiais não reconhecem a comunidade como quilombola. Outra problemática destacada, e central para a observação desse trabalho, é a educação. Uma vez que a narrativa da liderança indica que somente a educação tem o poder de fazer perpetuar a história do quilombo, através do reconhecimento étnico promovido pelas atividades socioeducadoras, resultante da luta por direitos e pelo respeito às singularidades e particularidades do Cercadão dos Dicetas.

Entretanto, a CRQ, segundo Dona Maria dos Prazeres, tem um problema profundo em relação aos recursos materiais, especialmente no que tange à educação infantil, para realizar a adequação do ensino à cultura comunitária e à funcionalidade da creche. Assim, como se verá, a pauta educacional se elabora não só como a demanda central do Cercadão dos Dicetas com o município, mas também como um ponto recorrente de disputa. Segundo a líder, a comunidade conta com três turmas de ensino infantil com aproximadamente sessenta crianças em sala de aula, além de que:

Todo ano é o mesmo problema para funcionar, ora fecha, ora não fecha, a gente espera mais pra que eles fechem, só que a gente sempre tá lá batalhando, a gente liga pra Palmares, aí eles mandam livros, aí de repente melhora, aí lá vem a questão dos professores, que eles querem mandar professores concursados, a gente tem professores na comunidade, mas eles querem mandar os deles, a *resistência* é essa. (grifo nosso)

Essa questão dos professores é uma recorrente – como indicamos antes – já que no relato da liderança se apresentou como uma constante e figurando como um debate – e uma disputa – reiterado com a Secretária de Educação do Município de Caucaia. Esse debate se pauta pela espera de que o ensino realizado na escola seja ministrado por professores quilombolas e, especialmente, do quilombo, e, portanto, se norteia pela denotada resistência à recepção de professores de fora da Cercadão dos Dicetas. Então, essa disputa ocorre, primeiro, na dimensão do conhecimento e da representatividade que somente os professores formados e conhecedores da história e das tradições do quilombo podem transmitir enquanto constroem uma produção identitária e representativa junto às crianças. Já a segunda dimensão indicada pode ser referenciada pela debilidade da formação que os profissionais de fora do Cercadão têm acerca da temática da educação e da história quilombola e, até mesmo, do conceito de quilombo. Além disso, outra expressão da questão social relatada pela líder é a falta de recursos para assumir os gastos escolares, tornando a educação ainda mais precarizada. Um exemplo disso está no prédio onde fica a escola, que até é cedido pela prefeitura, porém os gastos com água e eletricidade ficam a cargo de serem pagos por esta comunidade já pauperizada, ou seja, a prefeitura se responsabiliza somente com o pagamento dos professores e com a alimentação escolar.

De acordo com a representante, o processo de ensino da educação quilombola no Cercadão dos Dicetas não apresenta especificações precisas, nem em sistematicidade, nem em currículo escolar. Fazendo com que o quilombo desenvolva uma formação, mesmo que superficial, a respeito de sua cultura e de sua história, e posteriormente aplicada e ensinada em sala de aula. Essa

fragilidade, no entanto, está destacadamente relacionada com a falta de apoio e de mobilização dos governos, em todas as esferas, para subsidiar e produzir recursos educacionais necessários para que a educação quilombola alcance realmente seu objetivo: desenvolver uma autonomia comunitária e individual com respeito aos modos de vida, a identidade, a representatividade e à tradição, guardando as especificidades de cada uma das comunidades.

Como dito antes, ante a deriva metódica e estrutural, a aplicação e o ensino da formação quilombola na CRQ se dá, na educação infantil, por uma didática diferenciada que tem na contação de histórias e em outras experiências concretas da comunidade suas ferramentas mais contundentes. Essas atividades são baseadas na cultura, na vida das pessoas do quilombo, lendas e fatos históricos do Cercadão dos Dicetas. Entretanto, essa prática educacional fundamentada na tradição, história, cultura e modos de vida do quilombo é interrompida ao fim da educação infantil, uma vez que, segundo a líder, falta à comunidade estruturas, suporte e apoio para o desenvolvimento de uma educação básica completa. Fazendo com que os alunos tenham de completar os ensinamentos fundamental e médio em escolas públicas de educação padrão.

A sociabilidade da comunidade ganha destaque na fala de Dona Maria dos Prazeres já que constitui uma extensão do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que produzem outros nexos de sentido sobre os pertencimentos dentro do quilombo. Um aspecto importante dessa está no ecumenismo e na comunhão religiosa no interior da CRQ. As religiões evangélica, católica e umbandista convivem sem restrições e com completa tolerância entre as partes. Esse convívio e respeito com a diversidade religiosa é trabalhado desde cedo nas escolas e nas reuniões da comunidade, refletindo no relacionamento interpessoal do Cercadão dos Dicetas. As reuniões da comunidade ocorrem no último dia dos meses, onde os problemas e as dificuldades do quilombo são pautados para serem resolvidos.

Assim, a CRQ Cercadão do Dicetas aponta que apesar de toda a precariedade e precarização das condições materiais a educação popular quilombola é vista pela comunidade, segundo sua liderança, enquanto condição coletiva de manutenção simbólica, identitária e das dimensões relacionais. Desse modo, a

educação se mostra tanto como dimensão fundamental da reprodução coletiva quanto como caminho fundante de processos emancipatórios comunitários.

Considerações finais

Como buscamos apresentar a educação popular em geral e a quilombola em particular apresentam particular diferença para com a educação padrão, mercantilizada e “bancária”. Isso porque, como buscou-se expor, sua relação mais próxima com a vivência cotidiana, com os códigos e linguagens, além de sua constituição relacionada a elaboração de identidades em diálogo com as experiências coletivas fazem com que essa tenha a potencialidade de produzir reflexões politizadas e emancipadoras sobre os contextos em que se inserem.

Por outro lado, os povos quilombolas sempre resistiram e buscaram sobreviver, hoje essa busca se mantém, mas está envolta da reafirmação dos costumes e das tradições. Uma dessas formas de lutar por reconhecimento, como expresso pela liderança entrevistada neste empreendimento, é através da educação, que tem como intuito transmitir a história a seus descendentes por meio da relação direta com a natureza, trazendo os conhecimentos das práticas cotidianas da comunidade para as salas de aula. Entretanto, sem que haja estrutura, apoio e continuidade nos processos educativos referentes à representatividade quilombola o ímpeto comunitário-formativo da primeira infância fica perdido ante a participação dessa população no ensino formal padrão. Mesmo com a complementação por parte da educação informal da comunidade as práticas identitárias e comunitárias não chegam ao seu intento de forma completa. Assim, aponta-se para a identificação de que a educação popular quilombola tem em seus nexos muitíssimas possibilidades a serem perscrutadas, entretanto apresenta limites estruturais profundos que vão para além do escopo das próprias comunidades.

Desse modo, a pesquisa no CRQ Cercadão do Dicetas apresenta-se como uma metonímia da história social brasileira, especialmente do pós-abolição, e da construção de uma nação que subalterniza as identidades divergentes a essa formulação de identidade brasileira. A resistência feita pelo Cercadão do Dicetas se dá através da educação porque, de um lado, expressa a exclusão social

sofrida pelos povos tradicionais de quilombo – falta de saneamento, policiamento e de financiamento para a educação, como observado *in loco* e reiterado pelos relatos de Dona Maria dos Prazeres – e, de outro, por ser um campo que se revela aberto a possibilidade de resistência. Uma vez que a educação que pode permitir que “de noite as mulheres com os homens” vão lá derrubem esses “muros”, tal como as cercas construídas durante os dias para os retirar de suas terras, que impedem a vida plena, a cidadania plena e a identidade plena enquanto pessoa e enquanto quilombola.

Referências

ARNAUD PAIVA, I. L. *et al.* De repente do pranto fez-se a luta: o movimento social Mães do Curió na defesa dos direitos sociais das juventudes. **Scias – Direitos Humanos e Educação**, Belo Horizonte, v.2, n.1, p. 47-59, jan.-jun. 2019.

BRANDÃO, C. R. Da educação à educação popular. In: Encontro de Formação de Educadores de EJA, 2, 2007, Goiânia. **Anais...** Goiânia: s.l., 2007. p. 12- 21.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 9 maio 2019. 2003a.

BRASIL. **Decreto no 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 9 maio 2019. 2003b.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e

Indígena”. Diário oficial [da República Federativa do Brasil]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 9 maio 2019.

BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 de nov. de 2012, seção 1 páginas 26 – 30. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 9 maio 2019.

CAMPOS, M, C; GALLINARI, T, S. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. **Nera**, São Paulo, ano. 20, n. 35, p. 199-217, jan./abr. 2017.

CHAVES, L, O; SILVA, E, V. Comunidades negras no Ceará: da invisibilidade à formação dos quilombos contemporâneos. **Novos Cadernos**, Belém, v. 2, n.3, p. 147-160, set./dez. 2017.

DIÁRIO DO NORDESTE. Quilombos: resistência para vencer invisibilidade histórica. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 20 nov. 2017. Fortaleza, Metro. Acesso em: 8 maio. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2KANbiY>>.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GELEDÉS. Educação Quilombola. **Geledés**, São Paulo, 01 mar. 2017. São Paulo, Áreas de Atuação, Educação. Acesso em: 4 maio. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2Z3G0yY>>.

GUERRA, Y. *et al.* O debate contemporâneo da “questão social”. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 3, 2007, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2007. p. 1 – 9.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LEITE, I. B. Terras de Quilombos. In: SOUZA LIMA, A. C. (Coord.). **Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Rio de Janeiro; Brasília: Contra Capa; LACED; ABA, 2012.

LIMA, I, C; SILVA, D. Territórios quilombolas no Ceará: Educação, processos históricos e identidades. In: Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, 10, 2018, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2018. p. 1-17.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do Trabalho).

QUEIROZ, Z. Comunidades quilombolas de Caucaia recebem certificado nacional. **Jornal dos Municípios**, Caucaia, 8 abr. 2012. Caucaia, Notícias. Acesso em: 4 maio. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/31CIWWa>>.

PINSKY, J. **Escravidão no Brasil**. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2006. (Repensando a História).

SAMPAIO, L. Cercadão, uma história inédita. **Leonardo Sampaio**, Caucaia, 2 jan. 2012. Acesso em: 7 maio. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2OWBh2w>>.

SANTOS, F. B. F. A inserção precarizada no Ceará: do vaqueiro ao assalariado. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 11, p. 159-168, jan./jun. 2008.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: WEBER, M.; COHN, G. (Org). **Max Weber**: sociologia. 7. Ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 79- 127.

WITZEL, N. Comunidades quilombolas tentam resistir ao avanço de grandes empreiteiras. *Época*, São Paulo, 24 abr. 2019. Acesso em: 7 maio. 2019. Disponível em: <<https://glo.bo/2UwlkNT>>.

Recebido: 23/04/2021

Aceito: 18/11/2021